

ANEXO 17

GLOSSÁRIO

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE LITORAL PAULISTA.

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ACESSO	Toda interrupção não acidental da FAIXA DE DOMÍNIO e dentro de seus limites, que implica, necessariamente, a obtenção de prévia autorização da ARTESP.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre estas as partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 08.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
AGENTE	Representante do conjunto de CREDORES, inclusive agente fiduciário, perante a ARTESP e o PODER CONCEDENTE, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos pelo acordo a ser celebrado nos termos do ANEXO 08.
AJUSTE DE DEMANDA	Ajuste incidente sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA que reflete o compartilhamento de risco de demanda regrado na Cláusula 20.3, calculado conforme o ANEXO 20.
AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES	Equivalente ao somatório das TARIFAS DE PEDÁGIO cobradas e não pagas pelos USUÁRIOS INADIMPLENTES no mês calendário de referência, nos termos do ANEXO 20.
AUTO DE INFRAÇÃO	Documento contendo indicação de ato ou fato potencialmente sujeito à aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO. Deverá a ARTESP encaminhá-lo à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	Avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto contratual, a ser conduzida mensalmente pela ARTESP, nos termos do CONTRATO e seu ANEXOS.
ANEXOS e APÊNDICES	Conjunto de documentos parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 914/2002, que figura no CONTRATO na condição de interveniente.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada no dia [●] de [●] de 20[●], em atendimento ao artigo 29, da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 39, da Lei Federal nº 8.666/93, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO PATROCINADA, esclarecer dúvidas e

	colher contribuições para a elaboração do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
B3	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES e para a ARTESP, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afetado ou associado à prestação dos SERVIÇOS DELEGADOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO, incluindo: bens caracterizados, ou não, como BENS REVERSÍVEIS; bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO PATROCINADA, conforme disciplina da Cláusula Décima Terceira, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos termos da Lei Federal nº 12.529/2011, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo.
CARGAS ESPECIAIS	Cargas com dimensões acima dos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que dependem de autorização especial de trânsito, nos termos e condições estabelecidos por este mesmo órgão.
CATEGORIA	Tipo de veículo do USUÁRIO, conforme número de eixos e característica de rodagem.
CCI	Centro de Controle de Informações
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CGPPP	Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo
CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de 4 (quatro anos) que antecede o início do processamento da REVISÃO ORDINÁRIA. O PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA tem início a partir da data de assinatura do TERMO DE

	TRANSFERÊNCIA INICIAL e perdurará por 4 (quatro) anos – momento em que será iniciado o SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, e assim sucessivamente.
CERTIFICADO DE QUALIDADE	Documento que atesta a adequação do PROJETO EXECUTIVO, nos termos do APÊNDICE H e do CONTRATO.
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	Lei Federal nº 9.503/1997, e suas respectivas alterações e regulamentações.
COEFICIENTE DE SERVIÇOS PRESTADOS ou CSP	Coeficiente calculado por meio da medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 03 para acompanhamento da qualidade dos serviços desempenhados pela CONCESSIONÁRIA.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão instituída pela ARTESP com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO estabelecidas no CONTRATO e no ANEXO 10.
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou CEL	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
CONCESSÃO PATROCINADA	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do Contrato, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP e do DER, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO, nos ANEXOS e nos APÊNDICES.
CONCESSIONÁRIA ou CONTRATADA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP e do DER, para prestar os SERVIÇOS DELEGADOS, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº [●]/[●], relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONSELHO DIRETOR DA ARTESP	Última instância decisória da ARTESP, cuja composição e competências são definidas na Lei Complementar Estadual nº 914/2002 e no Regimento Interno da ARTESP.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS e APÊNDICES, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA ou CONTA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE D, para a qual deverá ser transferida a totalidade da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA DA CONCESSIONÁRIA

	e depositada a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA.
CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, segundo identificação prevista no Contrato de Administração de Contas, constante do APÊNDICE D, na qual será depositado o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO 04 e APÊNDICE D.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO	Refere-se a uma conta bancária de livre movimentação, de titularidade da parte indicada em cada caso.
CONTA FREE FLOW	Conta corrente de titularidade do DER/SP na qual serão depositados os recursos decorrentes de arrecadação da multa de evasão no SISTEMA RODOVIÁRIO, nos termos do artigo 209-A da Lei nº 9.503 de 23 de setembro 1997, conforme regramento no APÊNDICE D, descontado o percentual previsto ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito pelo art. 320, §2º da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, bem como outras deduções legais eventualmente cabíveis.
CONTA RESERVA	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, para a qual será destinado os valores a título de RECURSOS VINCULADOS, caso materializada a hipótese prevista no item 6.4 do EDITAL e CONTRATO.
CONTAS DA CONCESSÃO	CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO e CONTA FREE FLOW
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA	Valor de contraprestação pública anual, conforme PROPOSTA DE PREÇOS ofertada pela CONCESSIONÁRIA quando da LICITAÇÃO.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA	Valor apurado mensalmente, conforme regramento previsto no ANEXO 20.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA	Valor que efetivamente será pago pelo PODER CONCEDENTE, mensalmente, em favor da CONCESSIONÁRIA, após a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) sobre o montante da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, conforme disposto no ANEXO 20 e no APÊNDICE D.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MÁXIMA	Valor máximo anual de contraprestação pública indicado no EDITAL, sobre o qual incidirá o desconto ofertado pelas LICITANTES em suas PROPOSTAS DE PREÇO.
CONTRATO	CONTRATO de concessão patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO integrante do LOTE LITORAL PAULISTA, para que a CONCESSIONÁRIA o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco.
CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	Contrato celebrado com o BANCO DEPOSITÁRIO, tendo por objetivo o regramento e a movimentação das CONTAS DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE D.

CONTROLE	Observados os termos do artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS ou CONTROLADORA	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da respectiva Unidade de Federação.
CREDORES	Conjunto formado pelos agentes e financiadores, incluindo os garantidores das operações e fiadores, relacionados nos documentos e contratos de financiamento.
CRONOGRAMAS	Conjunto formado pelo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO seja do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou dos PLANOS DE INVESTIMENTOS.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma de integralização do capital social da SPE, apresentado no ANEXO 13.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Cronograma contendo o detalhamento dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e daqueles incluídos em sede das REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, e que integrarão os correspondentes PLANOS DE INVESTIMENTOS. Os valores totais dos investimentos no cronograma devem seguir aqueles indicados no EVTE ou nas correspondentes REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, ao passo que a evolução da execução do investimento, com a distribuição própria ao longo dos anos contratuais, deve seguir o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma integrante do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados nos ANEXOS 05, 06 e 07, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data em que o CONTRATO foi assinado pelas PARTES.
DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Início da OPERAÇÃO COMERCIAL, após a conclusão da implementação do PI e o cumprimento dos demais requisitos previstos no ANEXO 04 e no ANEXO 05.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do

PÚBLICA	Estado de São Paulo, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da presente CONCESSÃO PATROCINADA, para fins de desapropriação ou servidão administrativa. Este termo também se aplica, para os fins do CONTRATO, caso necessária emissão de declaração de interesse social, nos termos das normas aplicáveis.
DER ou DER/SP	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE RODAGEM – DER, autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, nº 345, Alto de Pinheiros, CEP 05459-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
DESAFETAÇÃO	Ato unilateral do ESTADO, para alteração do regime jurídico de bem público integrante do SISTEMA RODOVIÁRIO afeto ao SERVIÇO DELEGADO, ao regime de bem dominical.
DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	A devolução, de todo ou parte do SISTEMA RODOVIÁRIO, pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos moldes do ANEXO 10.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE de habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL ou EDITAL DE LICITAÇÃO	O edital de Concorrência Internacional nº [●]/[●] e todos os seus ANEXOS e APÊNDICES.
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ESTADO	Estado de São Paulo.
ESTRUTURA TARIFÁRIA	Consiste na estrutura de TARIFAS previstas na CONCESSÃO PATROCINADA, disciplinada no ANEXO 04.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO, conforme Cláusulas Vigésima Primeira e Vigésima Segunda do CONTRATO, e que enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
EVTE	Estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, que apresenta os valores estimados e os anos contratuais dos investimentos que compõem o PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, apresentado pela CONCESSIONÁRIA nos termos regradados pelo CONTRATO.
FAIXA DE DOMÍNIO	Conforme definição constante do Anexo I, da Lei

	Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), é a superfície lindeira às vias rurais, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via.
FIANÇA	Carta de Fiança Bancária a ser contratada pela LICITANTE no qual o banco fiador obriga-se perante os CREDORES da licitante, conforme termos definidos no item 10) MODELO DE CARTA-FIANÇA do ANEXO 18.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
GARANTIA PÚBLICA	Garantia prestada pelo PODER CONCEDENTE, para garantir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, a qual deverá ser mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos e condições estabelecidos no CONTRATO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARTESP, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula Trigésima Terceira do CONTRATO.
GARANTIDORES	Companhias seguradoras autorizadas a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, que celebrem contratos com a CONCESSIONÁRIA necessários à cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação de serviços objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, ou INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS responsáveis pela emissão de FIANÇA.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de

	habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Significa a condenação, da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e/ou do Decreto Estadual nº 60.106/2014; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos artigos 332 e 333, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), e/ou artigos 90 a 95 e 97, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; ou (ii) de ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10, da Lei Federal nº 8.429/1992, em todos os casos quando acompanhadas de indícios de autoria, materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos e sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, direta ou indireta, do Estado de São Paulo.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados que contribuirão para determinar o CSP nos termos do ANEXO 03.
ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO ou IQD	Índice composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP), aferido conforme regramento e periodicidade estabelecidos no ANEXO 03.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO ou INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS	Inventário dos bens, investimentos e obras a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, composto pelo TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS, o qual deverá ser realizado por meio de vídeo registro georreferenciado conforme especificações do ANEXO 06.
INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE	Atividade de investigação por entidade externa à CONCESSIONÁRIA, que não seja PARTE

	RELACIONADA e não esteja prestando ou tenha prestado serviços à CONCESSIONÁRIA nos últimos seis meses, para que apure, com independência técnica, sem a ingerência da direção ou demais empregados, colaboradores ou prestadores de serviço da CONCESSIONÁRIA, o envolvimento da CONCESSIONÁRIA, de forma direta ou indireta, na prática de INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/1998 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Lei Federal nº 8.666/1993 e respectivas alterações e regulamentação.
LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO	Levantamento a ser realizado pela CONCESSIONÁRIA no SISTEMA RODOVIÁRIO a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos termos do ANEXO 15.
LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, LICENÇA DE INSTALAÇÃO ou LI	Licenças Ambientais que autorizam a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, LICENÇA DE OPERAÇÃO ou LO	Licença Ambiental que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores – LICENÇA PRÉVIA e LICENÇA DE INSTALAÇÃO – com as medidas de controle ambiental e condicionantes necessárias para a operação.
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, LICENÇA PRÉVIA ou LP	Licença Ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	Licenças ambientais emitidas por órgãos ambientais competentes.
LICITAÇÃO ou CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Procedimento administrativo consubstanciado na Concorrência Internacional nº[●]/[●], para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, que participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
LOTE LITORAL PAULISTA	Lote composto pelos trechos rodoviários integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme definido no ANEXO 02.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os

	procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame, conforme ANEXO 19.
MULTIPLICADOR DA TARIFA	É o multiplicador da TARIFA por categoria, conforme ANEXO 04.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais identificados pela ARTESP, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e o das receitas estimadas.
NORMAS OPERACIONAIS	Normas a serem elaboradas pela CONCESSIONÁRIA, que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, acidentes e outros.
NOTIFICAÇÃO DE ALERTA	Comunicado a ser expedido pela ARTESP ou pelo Agente, conforme o caso, sempre que ocorrer algum evento de alerta nos termos do ANEXO 08.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a $[\bullet]\%$ ([I]) da RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, a ser pago à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas.
OPERAÇÃO COMERCIAL	Operação dos PÓRTICOS para fins de cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO, que está condicionada ao regimento estabelecido no ANEXO 04 e à implantação do PROGRAMA INICIAL (PI), descrito nos ANEXOS 05 e 06.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
PADRÃO DE DESEMPENHO	Padrões de Desempenho Sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC de 1º de janeiro de 2012, disponíveis em http://www.ifc.org/performancestandards e as Notas de Orientação que os acompanham, indicados no ANEXO 06.
PASSIVO AMBIENTAL	Considera-se PASSIVO AMBIENTAL qualquer ocorrência decorrente de falha de construção, restauração ou manutenção de rodovia, capaz de atuar como fator de dano ou de degradação ambiental à FAIXA DE DOMÍNIO ou ao USUÁRIO, ou aquela decorrente de condições climáticas adversas ou causadas por terceiros, capaz de atuar como fator de dano ou de degradação ambiental à FAIXA DE DOMÍNIO ou ao USUÁRIO.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas

	assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), devidamente autorizada a operar na B3 e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS da B3 que constitui o ANEXO 19.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, submetido à aprovação da ARTESP, dispondo sobre processo de desmobilização do SISTEMA RODOVIÁRIO ao final da CONCESSÃO PATROCINADA, a fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos serviços.
PLANO DE SEGUROS	Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros de que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou POI	Documento apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e investimentos definidos e detalhados no ANEXOS 05, 06, 07 e 21, o qual será nas REVISÕES ORDINÁRIAS e, eventualmente, nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante emissão de novos PLANOS DE INVESTIMENTOS. O PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, que deverá ser elaborado conforme as especificações do CONTRATO e ANEXOS.
PLANOS DE INVESTIMENTOS	Documento elaborado em conjunto pela CONCESSIONÁRIA e ARTESP, após as REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante o qual serão estabelecidos os investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA nos anos subsequentes à sua elaboração. Cada PLANO DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, contemplando detalhamento do desenvolvimento para a execução de cada um dos investimentos previstos.
PLATAFORMA FF	Sítio eletrônico a ser implantado e gerenciado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá permitir que todos os USUÁRIOS que acessarem o SISTEMA RODOVIÁRIO possam pagar a TARIFA de PEDÁGIO utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.
PODER CONCEDENTE	O ESTADO, representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste

	CONTRATO.
PÓRTICO	Infraestrutura física localizada na RODOVIA, que abriga os equipamentos necessários para viabilizar a cobrança de TARIFA no sistema FREE FLOW, nos termos disciplinados no ANEXO 04.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 30 (trinta)anos, contado a partir da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, prorrogável nas hipóteses previstas no CONTRATO.
PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 27.13 do CONTRATO.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 19.3.3 do CONTRATO.
PROGRAMA INICIAL ou PI	Conjunto de intervenções iniciais a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA, conforme descritas especialmente no ANEXO 05, cuja conclusão consubstancia uma das condições para início da OPERAÇÃO COMERCIAL do SISTEMA RODOVIÁRIO.
PROJETO EXECUTIVO	Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, conforme descrição detalhada apresentada no APÊNDICE H.
PROJETO FUNCIONAL	Conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução, conforme descrição detalhada apresentada no APÊNDICE H.
PROPOSTA DE PREÇO ou PROPOSTA	Proposta na qual foi apresentado o valor do desconto sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MÁXIMA, para exploração do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme regramento no EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REASSENTAMENTO	Deslocamento de pessoas ou comunidades, resultante da desocupação de áreas do SISTEMA RODOVIÁRIO, realizado por meio do pagamento de indenização por perda de bens ao custo total de reposição e outras formas de assistência, em observância aos Padrões de Desempenho da IFC de 01 de janeiro de 2012.
RECEITA BRUTA	Compreende a somatória da RECEITA ACESSÓRIA bruta e da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, não descontados os tributos incidentes sobre receita.
RECEITA TARIFÁRIA ou RECEITA TARIFÁRIA BRUTA	Compreende a somatória das TARIFAS DE PEDÁGIO cobrada dos USUÁRIOS, calculada com base no disposto no ANEXO 04, sem a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO.
RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA	Compreende o valor efetivamente transferido à CONCESSIONÁRIA, correspondente à RECEITA TARIFÁRIA BRUTA calculada conforme disposto no

	ANEXO 04, após a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, da gestão e fiscalização de SERVIÇOS COMPLEMENTARES ou de projetos associados.
RECURSOS VINCULADOS	Valor a ser depositado na CONTA RESERVA, para a formação de reserva de contingência da CONCESSÃO PATROCINADA, com destinação exclusiva à compensação de eventos previstos no CONTRATO, do ANEXO 20 e do APÊNDICE D.
REGULAMENTO DA CONCESSÃO	Regulamento da CONCESSÃO PATROCINADA nos termos do ANEXO 01.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REINTEGRAÇÃO DE POSSE	Ação judicial que objetiva a restituição da posse de bem integrante do SISTEMA RODOVIÁRIO em caso de esbulho, conforme normas expedidas pelo IFC.
RELATOR INDEPENDENTE	Pessoa física ou jurídica responsável por realizar vistorias e relatórios do SISTEMA RODOVIÁRIO, caso a CONCESSIONÁRIA opte por contratá-lo, nos termos do ANEXO 10.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OU IQD	Relatório contendo a apuração do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA na consecução do objeto do CONTRATO, que será preparado periodicamente pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 03.
RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE APURAÇÃO DO CSP	Relatórios contendo apuração trimestral do CSP da CONCESSIONÁRIA, que será preparado pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 03.
REMUNERAÇÃO	Montante que a CONCESSIONÁRIA fará jus pela execução do CONTRATO, composto pela arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO DEVIDA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA e das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, especialmente ANEXO 04.
REPRESENTANTES CREDENCIADOS	Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada para se responsabilizar pelos serviços de ampliação, operação e manutenção a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, mediante vínculo direto ou indireto, neste caso por intermédio de terceiro contratado mediante SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA, quando possível.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, ou mediante provocação da ARTESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais

	previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INVESTIMENTOS e PLANO DE SEGUROS, e quaisquer outras condições da CONCESSÃO PATROCINADA, às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO
RODOVIA	Trecho integrante do LOTELITORAL PAULISTA.
SALDO GARANTIDOR	Parcela do saldo da CONTA FREE FLOW a ser utilizado como garantia da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA DEVIDA, nos termos do APÊNDICE D.
SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO	Valor correspondente à incidência dos INDICADORES DE DESEMPENHO que poderá ser utilizado nos termos do Apêndice D.
SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente observando o artigo 6º, da Lei Federal nº 8.987/1995, e artigo 17, da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Serviços considerados convenientes, mas não essenciais, destinados a manter o SERVIÇO ADEQUADO em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO, nos termos do CONTRATO.
SERVIÇOS NÃO DELEGADOS	Aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto desta CONCESSÃO PATROCINADA, tais como: <ul style="list-style-type: none"> I. Policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo; II. Fiscalização e autuação de infrações relativas a: <ul style="list-style-type: none"> a. Veículo; b. Documentação; c. Motorista; d. Regras de circulação, estacionamento e parada; e e. Excesso de peso. III. Emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a: <ul style="list-style-type: none"> a. Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal; b. Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal; c. Serviço de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga;

	d. Realização de eventos na rodovia; e e. Serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas.
SERVIÇOS DELEGADOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA compreendendo aqueles correspondentes às funções operacionais de exploração, gestão, ampliação, operação e conservação.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para recebimento dos ENVELOPES e prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.
SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE	Conjunto de equipamentos, sensores e sistemas instalados em PÓRTICOS ao longo do SISTEMA RODOVIÁRIO, que registra a passagem do veículo para cobrança do valor da TARIFA DE PEDÁGIO sem a necessidade de parada do veículo e sem bloqueios físicos.
SISTEMA RODOVIÁRIO	A malha rodoviária concedida à CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no ANEXO 02, incluindo todos os seus elementos integrantes da FAIXA DE DOMÍNIO, além de ACESSOS e alças, edificações, terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais, eventuais novas obras e investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à CONCESSÃO PATROCINADA.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE)	Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO PATROCINADA.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita, exceto nos casos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso seja assinado, à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE da SPE.
SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA	Hipótese facultada ao licitante para a comprovação das condições técnicas compatíveis com os investimentos iniciais e com a operação do SISTEMA RODOVIÁRIO, mediante a celebração de contrato com entidade que detenha os requisitos definidos no ANEXO 16.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO PATROCINADA.
SUCESSORA	Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o SISTEMA RODOVIÁRIO compreendido pelo LOTE LITORAL PAULISTA, ou órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que suceda a CONTRATADA.
TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES	Tabela de classificação de infrações nos termos do ANEXO 11.
TARIFA DE PEDÁGIO ou TARIFA	Tarifa cobrada pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO e especialmente do ANEXO 04, bem como em atendimento à regulação exercida pela ARTESP.
TARIFA DE PEDÁGIO DEVIDA	Compreende a TARIFA DE PEDÁGIO, calculada conforme disposto no ANEXO 04, aplicado o ÍNDICE

	DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).
TARIFA QUILOMÉTRICA	Tem o significado atribuído no ANEXO 04.
TERCEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS	Documento que integrará o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS, a ser mantido e atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO, que a ARTESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	Termo de Recebimento Provisório do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL	Documento assinado pelas PARTES que formaliza a transição do SISTEMA RODOVIÁRIO, permitindo o início das atividades voltadas ao início da OPERAÇÃO COMERCIAL, desde que cumpridas as condições previstas no CONTRATO.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do artigo 5º, inciso V, da Lei 13.709/2018 e nos termos do CONTRATO.
TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS	Transações em que a CONCESSIONÁRIA não tenha conseguido identificar os USUÁRIOS em razão de ações cometidas pelos USUÁRIOS, inviabilizando a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE.
TRANSAÇÕES INVÁLIDAS	Transações em que a CONCESSIONÁRIA não tenha sido capaz de registrar e produzir as informações necessárias para identificação dos USUÁRIOS que não tenham realizado pagamento eletrônico por meio de AVI, inviabilizando a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE.
TRANSAÇÕES VÁLIDAS	Transações referentes aos USUÁRIOS que tenham realizado pagamento eletrônico por meio de AVI, da PLATAFORMA FF, ou de qualquer outro meio de pagamento disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA, bem como transações em que a CONCESSIONÁRIA tenha sido capaz de registrar e produzir as informações necessárias para identificação dos USUÁRIOS que não tenham realizado pagamento por algum dos meios disciplinados acima.
TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	Consiste na transferência da CONCESSÃO a terceiros, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE AÇIONÁRIO ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRANSFERÊNCIA DO	A transmissão direta, do todo ou em parte, do SISTEMA

CONTROLE DO SISTEMA RODOVIÁRIO ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO	RODOVIÁRIO, conforme objeto de futuro processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA, ou decorrente de procedimento de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO.
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO ou TCP	Trechos do SISTEMA RODOVIÁRIO considerados para fins de definição do valor da TARIFA DE PEDÁGIO cobrada em cada um dos PÓRTICOS..
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos do CONTRATO.
USUÁRIO	Toda pessoa física ou jurídica que utilize os SERVIÇOS DELEGADOS.
USUÁRIO INADIMPLENTE	USUÁRIO que trafega no SISTEMA RODOVIÁRIO, é devidamente identificado pela CONCESSIONÁRIA, na forma do ANEXO 04, mas não realiza o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO tempestivamente, observado o prazo de 15 (quinze) dias após a passagem pelo respectivo PÓRTICO no SISTEMA RODOVIÁRIO, em que o USUÁRIO poderá realizar voluntariamente o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na PLATAFORMA FF disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, ou em outros meios de pagamento disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 4.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS previstos no EVTE.
VISITA TÉCNICA	Visita técnica realizada pelas LICITANTES nos termos do EDITAL.

LISTA DE ABREVIATURAS:

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, as abreviaturas listadas abaixo deverão ser compreendidas de acordo com os seguintes conceitos, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
i.	AAP	Avanço Acumulado Previsto
ii.	AASHTO	American Association of State Highway and Transportation Officials
iii.	ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
iv.	ADA	Avaliação de Desempenho Ambiental
v.	AIIP	Auto de Infração para Imposição de Penalidade
vi.	AP	Atrasos Parciais
vii.	APH	Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar
viii.	As Built	Documentação de todas as obras realizadas pela Concessionária
ix.	AVI	Equipamentos de Arrecadação Eletrônica
x.	BIM	<i>Building Information Modeling</i>
xi.	CADMADEIRA	Programa voltado para empresas que comercializam madeira nativa no Estado de São Paulo.
xii.	CAT	Certidões de Acervo Técnico
xiii.	CCI	Centro de Controle de Informações
xiv.	CCO	Centro de Controle Operacional
xv.	CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo
xvi.	CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
xvii.	Certificado / Certificação de Qualidade	Certificação de atendimento às normas técnicas aplicáveis
xviii.	Certificadora	Pessoa jurídica responsável pela atestação de obras ou projetos
xix.	CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
xx.	CFTV	Circuito Fechado de Televisão
xxi.	CGPPP	Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas
xxii.	CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas
xxiii.	CNIA	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
xxiv.	CONAR	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
xxv.	CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
xxvi.	CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da respectiva Unidade de Federação

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
xxvi	CSP	Coeficiente de Serviços Prestados
xxvi	CTB	Código de Trânsito Brasileiro
xxix	CVM	Comissão de Valores Mobiliários
xxx.	DER	Departamento de Estradas de Rodagem
xxxii	DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
xxxii	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
xxxii	DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
xxxii	DTM	Modelo Digital de Terreno
xxxv	DWG	Extensão de arquivo de desenho
xxxv	EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
xxxv	EPC	Equipamento de Proteção Coletiva*
xxxv	EPI	Equipamento de Proteção Individual*
xxxii	e-Sanções	Conselho Nacional de Justiça, no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas
xl.	EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira
xli.	FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
xlii.	GAID	Guia de Alteração do Índice de Documentos
xliii.	GC	Gestoras de Crédito
xliv.	GCTI	Grupo Central de Transportes Internos
xliv.	GN	<i>Grip Number</i>
xlvi.	GRID	Guia de Remessa de Índice de Documentos
xlvi	HS	Altura de areia
xlvi	HS-WIM	High Speed Weigh-in-Motion
xlix.	IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
I.	ICASGP	Indicador de Conformidade da Atualização Periódica do Sistema de Gerenciamento de Pavimentos
li.	ICP	Índice de Condição do Pavimento
lii.	IFC	<i>Industry Foudation Classes</i>
liii.	IFI	<i>International Friction Index</i>
liv.	IGG	Índice de Gravidade Global
Iv.	IGH	Índice de Geometria Horizontal
Ivi.	IGV	Índice de Geometria Vertical
Ivii.	Índices	Medição de atividades desenvolvidas pela Concessionária e que compõem Indicadores de Desempenho
Iviii.	INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
lix.	INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Ix.	IOPMV	Indicador de Operacionalidade de PMV Fixos
Ixi.	IQD	Índice de Qualidade e Desempenho
Ixii.	ISA	Índice Semestral de Avanço
Ixiii.	ISV	Inspeção de Segurança Viária

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
lxiv.	ITS	<i>Intelligent Transportation System</i>
lxv.	IVA	Análise Inteligente de Vídeo
lxvi.	LI	Licença de Instalação
lxvii.	Lista de Etapas Construtivas	Relação contendo as Etapas Construtivas de responsabilidade da Concessionária
lxviii.	LO	Licença de Operação
lxix.	LOD	<i>Level of Development</i>
lxx.	LP	Licença Prévia
lxxi.	MDSR	Modelo Digital Integrado do Sistema Rodoviário
lxxii.	MIP	Monitoramento de Informações de Pedágio
lxxiii.	MIT	Módulo ITS
lxxiv.	NTN-B	Nota do Tesouro Nacional-Série B
lxxv.	OACs	Obras de Arte Corrente
lxxvi.	OAEs	Obras de arte Especiais
lxxvii.	OCR	Reconhecimento Óptico de Caracteres
lxxviii.	OSAs	Operadoras do Serviços de Arrecadação
lxxix.	PAE	Plano de Ação de Emergência
lxxx.	PAI	Programa de Adequação Inicial
lxxx.	PBA	Plano Básico Ambiental
lxxx.	PBT	Peso Bruto Total
lxxx.	PD-BIM	Plano de Implementação e Desenvolvimento de Projetos em Modelagem BIM
lxxx.	PGF	Posto Geral de Fiscalização
lxxx.	PMRv	Polícia Militar Rodoviária
lxxx.	PMV	Painéis de Mensagens Variáveis
lxxx.	PPM	Posto de Pesagem Móvel
lxxx.	PRA	Programa de Redução de Acidentes
lxxx.	Q.I.	Quociente de Irregularidade
xc.	REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
xc.	SAT	Sensoriamento Automático de Tráfego
xcii.	SAU	Serviço de Atendimento aos Usuários
xciii.	SGAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
xciv.	SICRO	Sistema de Custos Referenciais de Obras
xcv.	SIGECON	Sistema Integrado de Gerenciamento Digital de Funções de Conservação
xcvi.	SIR	Sistema Digital Integrado de Cadastro do Inventário Rodoviário
xcvi.	SIS-ACIDENTES	Sistema digital integrado de consulta dos dados de acidentes
xcvi.	SISATIVOS	Sistema de Acompanhamento de Ativos*
xcix.	SISDEMANDA	Sistema Digital Integrado e Gerenciamento de Demandas da Sociedade

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
c.	SISGIS	Sistema Digital Integrado Gis da Concessão
ci.	SISNOT	Sistema digital de gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às notificações de penalidades
cii.	SISOAES	Sistema Eletrônico de Gerenciamento de OAEs e Passarelas
ciii.	SISOBRAS	Sistema Digital Integrado de Acompanhamento de Obras
civ.	SISPESMOV	Sistema de Pesagem em Movimento
cv.	SISPROJ	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento Digital de Projetos
cvi.	SISQUALI	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento do Controle Tecnológico e da Qualidade das Obras
cvi.	SISRAD	Sistema Digital integrado, de consulta dos dados coletados pelos radares
cvi.	SISSAT	Sistema de controle central responsável pelo gerenciamento dos sensores de tráfego em campo
cix.	SISSOND	Sistema Digital Integral de Sondagens e Ensaios
cx.	SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
cx.	Tema	Grupo de Indicadores de Desempenho
cxii.	TIR	Taxa Interna de Retorno
cxiii.	TPU-DER	Tabela de Preços Unitários do DER/SP
cxiv.	URCI	<i>Unsurfaced Road Condition Index</i>
cxv.	VDM	Volume Diário Médio
cxvi.	VDMA	Volume de Tráfego Diário Médio Anual
cxvi.	VPL	Valor Presente Líquido
cxvi.	VRD	Valor de Resistência a Derrapagem